

CEBRI

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Projeto America in the World: the US foreign policy and the Brazilian view on the bilateral agenda

Relatório #3 – Comércio Internacional

Janeiro e Abril 2023

Relatório #3

Comércio Internacionalⁱ

Introdução

Este relatório refere-se às atividades do eixo temático Comércio Internacional do projeto "America in the World: the US foreign policy and the Brazilian view on the bilateral agenda", uma parceria entre o CEBRI e o Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. As atividades foram o webinar "Comércio Brasil-EUA: Desafios e Oportunidades", realizado em 26 de janeiro de 2023, e a reunião restrita "Brasil-Estados Unidos e o Comércio Internacional", realizada em 6 de abril de 2023.

As discussões abordaram temas como o comércio bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, as políticas industriais e tecnológicas dos EUA, os investimentos do país no Brasil e as relações comerciais de ambos os países com a China.

As reflexões também tiveram o objetivo de mapear desafios e oportunidades para as políticas externas do Brasil e dos Estados Unidos e a cooperação bilateral na área comercial.

Para explorar esses temas, foram reunidos especialistas do Brasil e dos Estados Unidos, como Marisa Lago, Subsecretária de Comércio Internacional do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, Gabrielle Trebat, Diretora Executiva do McLarty Associates, Abrão Neto, CEO da Amcham Brasil, Rufus Yerxa, Senior Advisor, McLarty Associates e Sarquis José Buainain Sarquis, Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Participaram da liderança das iniciativas o Embaixador Sergio Amaral, Conselheiro coordenador do Núcleo Estados Unidos do CEBRI e Ex-Embaixador do Brasil em Washington, Feliciano Guimarães, Diretor Acadêmico do CEBRI e Professor do IRI-USP, além dos coordenadores do Núcleo Comércio Internacional: José Alfredo Graça Lima, Vice Presidente do Conselho Curador do CEBRI e Árbitro do Mecanismo Provisório de Apelação (MPIA) da OMC, e Victor do Prado, Senior Fellow do CEBRI e ex-Diretor do Conselho e do Comitê de Negociações Comerciais da OMC.

Histórico e Contextualização

O webinar "Comércio Brasil-EUA: desafios e oportunidades" foi o primeiro evento do projeto America in the World desde que um novo governo tomou posse no Brasil, após a vitória eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse contexto, o Senior Fellow do CEBRI, Victor do Prado, destacou que o presidente Lula enfrentará uma série de novos desafios, distintos daqueles que atravessaram seus dois primeiros mandatos, mas muito relevantes para a análise dos desafios e oportunidades das relações comerciais entre Brasil e EUA.

Internamente, o Brasil enfrenta obstáculos significativos em questões econômicas, sociais e ambientais. No âmbito da política econômica, há um debate acirrado sobre os gastos do governo, marcada pela dicotomia entre os caminhos da política fiscal e a ampliação dos gastos sociais. As discussões durante a reunião restrita levantaram também o peso da dívida pública, ressaltando que é uma questão que afeta o Brasil e diversos outros países. No âmbito da sustentabilidade e das mudanças climáticas, Victor do Prado, durante o webinar, destacou a pressão sobre o Ministério do Meio Ambiente, para garantir que as preocupações com a floresta amazônica sejam abordadas de forma rápida e decisiva. Já na esfera social foram destacadas as questões da disparidade econômica e de renda e das feridas resultantes de uma campanha política acirrada e um resultado estreito das eleições presidenciais. A análise de diversos observadores, entretanto, é de que a democracia brasileira sai reforçada a partir dos acontecimentos de 8 de janeiro.

Em termos das relações exteriores brasileiras, foram sublinhados por Victor do Prado os sinais de retorno para uma prática diplomática mais pluralista, destacando que o Brasil deve se envolver mais ativamente com parceiros em todo o mundo. Notadamente, o Brasil exercerá um papel de protagonismo na presidência do G20, em 2024. Assim, há uma tendência de que a política externa brasileira seja mais ativa nos próximos anos, especialmente em um ambiente externo bastante complexo, na avaliação do Senior Fellow do CEBRI.

Em ambos webinar e reunião restrita, os especialistas destacaram que os Estados Unidos têm seu próprio conjunto de desafios, com o peso adicional de que as escolhas a serem feitas pelo governo americano têm ampla repercussão em todo o mundo. As discussões da reunião restrita destacaram as questões políticas envolvendo o recrudescimento do populismo e atos que balançaram a confiança na democracia, e a questão da crescente dívida pública americana.

Com relação à conjuntura internacional e multilateral, as discussões da reunião restrita apontaram que o multilateralismo segue como um pilar de ambos o Brasil e Estados Unidos no que se refere às suas políticas econômicas e comerciais e suas ações de cooperação, embora tenham apontado fatores que enfraqueceram a estrutura multilateral desde os anos 1990, como: (i) a crescente fadiga

com o consenso de livre comércio, (ii) a transição para lideranças que não apoiam o internacionalismo e globalização como pilares das relações econômicas mundiais e (iii) as tensões entre as democracias industriais, como EUA e UE, e os países autocráticos e com filosofias econômicas guiadas pelo Estado, como China e Rússia, ampliadas pela guerra na Ucrânia. Em suma, a reunião restrita apontou um contexto de fortalecimento das forças de fragmentação e um enfraquecimento das forças multilaterais.

Foi destacado, também, o momento relativamente desafiador pelo qual passa a economia mundial. Neste contexto, os especialistas, durante o webinar, apontaram que há o imperativo de se enfrentar as tensões resultantes das mudanças climáticas, os desdobramentos da guerra na Ucrânia, a relação EUA-China, que repercute para muito além de suas relações bilaterais, e os impactos das inovações tecnológicas e da inteligência artificial, entre outros.

Relações comerciais Brasil-EUA: panorama atual

Os especialistas destacaram a relevância e profundidade do relacionamento bilateral entre Brasil e Estados Unidos. Os países são parceiros há mais de 200 anos, estando ligados por laços de negócios, cultura, turismo, educação e por valores compartilhados, como duas das maiores democracias do mundo. A relação comercial e econômica atual foi descrita como muito sólida pelos especialistas, que ressaltaram também os laços dinâmicos, comerciais e econômicos, o comércio bilateral em alta e em constante crescimento. Ao mesmo tempo, foi apontado que o potencial das relações bilaterais ainda não foi atingido e que ambos os países têm espaço para atuar na direção do aprofundamento do relacionamento bilateral e cooperação no ambiente multilateral.

Conforme apresentado por Abrão Neto, CEO da AmCham Brasil, embora seja um dado de realidade que a China é o principal parceiro comercial do Brasil, os Estados Unidos são o principal parceiro econômico do país, levando em consideração não apenas o comércio de bens, mas também o comércio de serviços e o fluxo de investimentos. Além disso, os especialistas pontuaram que, historicamente, os Estados Unidos foram o principal parceiro comercial brasileiro e, hoje, o país segue como o segundo maior parceiro comercial do Brasil. Ademais, os especialistas acrescentaram que o perfil do comércio entre os países é bastante específico e foi qualificado por Abrão como de qualidade excelente.

Notadamente, em 2022, foi registrado o melhor ano da história do comércio bilateral Brasil-EUA, que atingiu cerca de US\$ 90 bilhões. Os Estados Unidos seguem sendo o maior destino para a

manufatura brasileira - o que é particularmente relevante considerando o declínio da parcela das manufaturas nas exportações do país - e, ademais, a maior parte do comércio bilateral ocorre em produtos industriais e mais intensivos em tecnologia, o que raramente ocorre, no mesmo nível, com outros parceiros. Os especialistas salientaram ainda o dinamismo e a intensidade do comércio intra-indústria entre Brasil e Estados Unidos, que é o mais intenso entre países do G20, com destaque para o setor siderúrgico.

Com relação aos serviços, são cerca de US\$ 21 bilhões em comércio entre os países. Como referência, Abrão Neto destacou que o volume de negociações com a China, por exemplo, é de menos de US\$ 1 bilhão, em serviços. Com relação aos investimentos, os números são ainda mais relevantes. Os Estados Unidos são o principal investidor estrangeiro no Brasil, evidenciado pelo estoque de quase US\$ 120 bilhões. Por outro lado, os EUA também são o principal destino das empresas brasileiras que vão para o exterior, o que explica o montante de aproximadamente US\$ 90 bilhões investidos na economia americana. É importante pontuar que esses dados não significam que o Brasil deva subestimar seus outros parceiros, mas sim, que o país teria ganhos substanciais ao aprofundar sua parceria econômica com os Estados Unidos.

Por fim, foi destacada a relevância, dinamismo e resiliência dos fluxos de capital humano entre Brasil e Estados Unidos, redes de colaboração em pesquisa e desenvolvimento de patentes.

Relações comerciais Brasil-EUA: perspectivas para iniciativas e projetos

Levando em consideração a robustez das relações bilaterais atuais, os especialistas apontaram diversas áreas, setores econômicos e iniciativas que têm o potencial de apoiar na ampliação do relacionamento e da cooperação Brasil-Estados Unidos no âmbito comercial.

As discussões da reunião restrita apontaram a importância de Brasil e Estados Unidos definirem claramente as áreas de trabalho conjunto e cooperação e destacaram que ambos os presidentes têm concentrado esforços políticos nos âmbitos das mudanças climáticas e preservação do meio ambiente e transição energética, que tem potencial de gerar benefícios econômicos, desde que políticas nacionalistas sejam superadas. Com efeito, os especialistas acrescentaram que Brasil e Estados Unidos estão aumentando sua confiança mútua em áreas como energia e segurança alimentar.

Há uma grande participação de produtos energéticos nas bolsas de ambos os países, e os especialistas enxergam oportunidades de ampliação do comércio e cooperação no desenvolvimento e implementação de tecnologias no setor energético, desenvolvimento de biocombustíveis e também no suprimento de insumos para a indústria de veículos elétricos.

Oportunidades foram apontadas também na agricultura, setor no qual Brasil e Estados Unidos são, tradicionalmente, competidores. Insumos essenciais para a produção agrícola, como fertilizantes e herbicidas, têm parcela significativa no mercado de ambos os países e há oportunidades de cooperação para ampliar a sustentabilidade do setor, internamente, e para solucionar as questões relacionadas no âmbito multilateral. Outras áreas/setores nos quais foram apontadas oportunidades para ampliação do relacionamento bilateral foram economia digital, inteligência artificial, infraestrutura e o setor de serviços associados.

Com relação às iniciativas e redes bilaterais, Marisa Lago destacou o US Brazil CEO Forum e US Brazil Commercial Dialogue como iniciativas que refletem o compromisso duradouro do Departamento de Comércio dos EUA no Brasil. Ambas as iniciativas contam com o envolvimento de representantes de alto escalão de ministérios, secretarias e agências governamentais de ambos os países. O Brazil CEO Forum reúne também importantes líderes empresariais de ambos os países que são encarregados de fornecer aos dois governos recomendações conjuntas que impulsionem o progresso em questões críticas e que articulem uma visão ambiciosa para o futuro do relacionamento. A 12ª reunião do US Brazil CEO Forum, está prevista para ocorrer ainda em 2023. Já o US Brazil Commercial Dialogue envolve o Departamento de Comércio dos Estados Unidos e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do Brasil. Trata-se de um diálogo que vem orientando a cooperação nos últimos 16 anos, com o objetivo de impulsionar o comércio e o investimento, prevenindo, reduzindo e removendo barreiras não tarifárias. A iniciativa foca em questões técnicas concretas. A 21ª plenária acontecerá no Brasil em 2023.

Outra iniciativa, que evidencia o potencial de ampliação do relacionamento bilateral é o recém-lançado Diálogo da Indústria de Energia Limpa EUA-Brasil, (CEID, na sigla em inglês), uma nova forma de engajamento e parceria público-privada para promover iniciativas em matéria de energia limpa de ponta, impulsionadas pelo setor privado. Isso inclui a formalização de comitês bilaterais de ação orientados pela indústria em cinco áreas focais: (i) Hidrogênio limpo, (ii) Armazenamento offshore de energia eólica (iii) Modernização da rede (iv) Combustíveis sustentáveis (v) Gestão de carbono e metano.

No que se refere a questões regulatórias e de facilitação de comércio, o ano de 2022 marcou a entrada em vigor do protocolo ATEC (Agreement on Trade and Economic Cooperation) cujo objetivo é acelerar o desembaraço e reduzir custos alfandegários, aumentar a transparência em relação às mudanças regulatórias propostas e elevar os padrões de governança. Também foi assinado um acordo de reconhecimento mútuo entre os órgãos alfandegários brasileiros e americanos, que agilizará a importação de mercadorias de empresas confiáveis.

Além disso, foram ressaltadas ações no sentido de facilitar a movimentação de pessoas entre ambos os países, como o programa de entrada global para o Brasil, que consiste em um mecanismo de entrada rápida nos EUA para viajantes confiáveis removendo mais um obstáculo e uma barreira não tarifária ao comércio.

Por fim, os especialistas convidados para o webinar concordam que será importante trabalhar o crescimento do comércio e dos investimentos bilaterais, aumentando cada vez mais o foco em sustentabilidade e colocando diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade como pilares centrais.

Política fiscal, dívida pública e investimentos estrangeiros

Gabrielle Trebat, Diretora Executiva do McLarty Associates, destacou que neste início de novo governo no Brasil, embora não seja possível definir, é possível delinear alguns temas relevantes para os próximos anos, capazes de influenciar os fluxos de investimento bidirecional e, particularmente, o investimento estrangeiro no Brasil. Dentre eles, reiterou-se o desafio de conciliar a delicada situação fiscal do Brasil e a necessidade urgente de gastos sociais. Como muitas nações latino-americanas, o país ainda está lidando com o legado da pandemia de COVID-19 e seus efeitos no aumento do desemprego e dos níveis de pobreza. Além disso, a pressão de fatores como a inflação e o aumento dos preços de alimentos e combustíveis, impõe dificuldades adicionais, que afetam não apenas o Brasil, mas como outras grandes economias, incluindo os Estados Unidos.

Neste sentido, Trebat sublinhou que o setor privado tem expectativas de que a reforma tributária seja alcançada ainda em 2023 como forma de endereçar as questões relativas aos gastos públicos e também mitigar riscos de volatilidade social e política, ainda sob a sombra dos atos de 8 de janeiro. Há otimismo quanto a essa agenda, que pode reduzir a carga do Brasil no que diz respeito à administração tributária e promover reduções em produtos industriais, impostos, etc. É preciso atenção, entretanto, com os diferentes impactos por setor. Impostos sobre serviços digitais, por

exemplo, podem prejudicar áreas como o e-commerce, a inclusão e a transformação digitais, além de impactar negativamente empregos e investimentos.

Ainda na visão de Trebat, outro ponto positivo de sinalização aos investidores é a disposição do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em continuar e estar aberto ao processo de adesão do Brasil à OCDE, evidenciando a abertura do governo ao diálogo.

Um ponto de atenção trazido pelos especialistas é a dívida pública, no Brasil e nos Estados Unidos, particularmente devido às capacidades que um arcabouço fiscal forte confere para a endereçamento das questões globais nas arenas internacionais. Neste mesmo contexto, as questões fiscais foram identificadas como questões-chave no contexto de países do G7 e G20 e as discussões têm sido levadas ao âmbito da OCDE que, no momento, segundo os especialistas, reúne as mais efetivas e significativas negociações econômicas do mundo. Por fim, vale ressaltar que, segundo as discussões da reunião restrita, a situação da dívida pública nos Estados Unidos é preocupante e deve ser endereçada.

Multilateralismo

Conforme apresentado anteriormente, os especialistas, em ambas as atividades, ressaltaram que há desafios impostos pela atual conjuntura multilateral mas que, ao mesmo tempo, esse contexto oferece oportunidades de cooperação entre Brasil e Estados Unidos. As forças de convergência internacionalistas e multilaterais têm perdido terreno para forças fragmentadoras e nacionalistas ao redor do mundo. Os especialistas apontaram, por um lado, que este cenário pode ser lido como um novo cenário multipolar. Por outro lado, a leitura feita nos círculos políticos nos Estados Unidos é de um cenário de crescente bipolaridade entre as democracias industriais, como Estados Unidos e Europa, e as alianças autoritárias entre China, Rússia, e outros.

Neste contexto, a Organização Mundial do Comércio (OMC) foi descrita pelos especialistas como um fórum mal sucedido no momento atual. Não há perspectiva que Estados Unidos e Europa discutam com a China, na OMC, os assuntos que estão no cerne da rivalidade geopolítica entre eles, como propriedade estatal, subsídios, inteligência artificial e controles de exportação, entre outros. Foi ressaltada também a questão da necessidade de reformas na Organização, em diversas de suas funções, como negociação, resolução de disputas, monitoramento e prestação de contas. Também por isso, como mencionado, a OCDE tem se tornado um espaço mais utilizado para negociações econômicas.

Por outro lado, os especialistas destacaram, durante a reunião restrita, que Brasil e Estados Unidos, embora com diferentes visões sobre a Organização, poderiam e deveriam explorar a discussão de temas relevantes na OMC, em particular, questões de preservação do meio ambiente, desafiando as medidas unilaterais que alguns dos membros tem colocado em prática. Para além da OMC, foi ressaltado que as questões de sustentabilidade e os objetivos de desenvolvimento sustentável (SDG's) devem figurar no topo da lista de prioridades nos diversos fóruns multilaterais, incluindo OCDE, instituições de Bretton Woods e o G20, e que se deve investir em discussões sobre como endereçar os SDGs, incluindo a mobilização conjunta de recursos entre o setor privado e bancos de desenvolvimento multilaterais e regionais para projetos de desenvolvimento sustentável.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

Com efeito, é consenso entre os especialistas participantes nas discussões deste eixo temático que as questões de meio ambiente e sustentabilidade são um tema transversal e com implicações positivas para o comércio e investimento bidirecional. Foi destacado que há muita demanda reprimida por parte das multinacionais, dos EUA em particular, para se envolver com o governo brasileiro na agenda ESG.

O novo Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, liderado por Marina Silva, terá uma presença muito marcante nesse governo, atingindo muitos aspectos do poder executivo e também impactando na política externa. Não por acaso Marina Silva fez parte das comitivas do governo que visitaram Estados Unidos e China.

Abrão Neto apontou que espera que essa agenda seja uma espinha dorsal para a relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos, incluindo a sua dimensão política e econômica. Nesse sentido, destacam-se possibilidades de investimento em bioeconomia, infraestrutura verde, energias renováveis, gestão de resíduos e agricultura, por exemplo. Essa cooperação também pode assumir muitas formas, como o intercâmbio de experiências regulatórias e cooperações técnicas, P&D e inovação, além de investimentos em projetos relacionados a sustentabilidade e transição energética. Para além do nível bilateral, nos foros multilaterais Brasil e Estados Unidos devem impulsionar as discussões em direção a adoção de compromissos climáticos cada vez mais ambiciosos.

Marisa Lago reiterou que, à medida que os países crescem e buscam tirar da pobreza os historicamente mal atendidos, isso tem implicações energéticas. Em sua visão, a discussão global sobre energia mudou no último ano. Nesse novo contexto, é importante valorizar e cumprir os

compromissos do Acordo de Paris. Não obstante, no atual contexto que inclui a guerra na Ucrânia, é possível atestar um foco maior na segurança energética, o que a longo prazo significa um foco renovado nas energias renováveis. Nesse sentido, Brasil e Estados Unidos reconhecem que a energia deve fazer parte de sua relação comercial.

Gabrielle Trebat reforçou as similaridades entre as administrações atuais no Brasil e nos Estados Unidos, destacando que há em curso um movimento muito parecido com o que fez o governo Biden, dedicado a tornar a sustentabilidade e o clima em uma espécie de tema transversal entre as diferentes agências. Compartilhar as melhores práticas e lições aprendidas entre os dois países é uma forma interessante de ampliar essa discussão.

Ela também pontuou o entusiasmo presente em muitas iniciativas no Brasil, no âmbito do meio ambiente e da sustentabilidade, principalmente, no setor de energias renováveis, como solar e eólica onshore e offshore. Além disso, sublinhou que há um esforço importante para proteger a marca Brasil, evidenciando o conhecimento das empresas de que seus consumidores se preocupam com a origem e com a sustentabilidade de seus produtos. Por outro lado, Trebat sublinhou a preocupação de se garantir que um processo interagencial complexo não atrase acidentalmente a aprovação de licenças e projetos, especialmente, relacionados à infraestrutura crítica em energias renováveis.

Acordo Mercosul-UE

Os especialistas destacaram que meio ambiente, mudanças climáticas, democracia, também são prioridades no diálogo entre o Mercosul e a União Européia, e estão refletidas no acordo entre os blocos, que pode ter algumas chances de ser reformulado com as mudanças na presidência. Nesse sentido, foi chamada a atenção para uma possível preocupação nos Estados Unidos ou nos investidores americanos sobre este acordo ser uma fonte de desvio de comércio em relação aos produtos americanos.

Gabrielle Trebat destacou que o fato do Brasil e dos Estados Unidos serem países bem semelhantes em termos de tamanho e território, os torna competidores, como já apontado, em áreas como a agricultura e combustíveis, especialmente no mercado de etanol. Sendo a UE um mercado importante, qualquer mecanismo que facilite o acesso ao mercado para um país em relação a outro poderia, em teoria, ser considerado uma espécie de ameaça. Porém, Trebat acrescentou que, apesar dos avanços, um acordo continua sendo uma possibilidade distante, e essa não seria uma questão imediata.

Por outro lado, os EUA e o Brasil têm um grande potencial para cooperar para expandir o mercado global de biocombustíveis e de etanol. Victor do Prado destacou que competição e cooperação em simultâneo é a natureza do comércio. É necessário adotar mecanismos para contornar as questões mais espinhosas, além de reconhecer a importância de cooperar com aliados e com países que compartilham ideais, principalmente quando se trata de estabelecer padrões internacionais, seja no campo biológico, farmacêutico ou em qualquer outro campo.

Diversificação e resiliência das cadeias de suprimento

Nesse ponto, Abrão Neto destacou que as discussões ainda são menos tangíveis. Ainda assim, apontou como importante que Brasil e Estados Unidos trabalhem juntos e explorem oportunidades nos setores em que há complementaridade econômica e que possam reforçar a resiliência das cadeias de suprimentos de ambos os países.

O aumento dos fatores de risco e das incertezas globais vem fazendo com que os países busquem proteger e aproximar cada vez mais suas cadeias de suprimentos e mitigar riscos, processo que dá origem a termos como reshoring e nearshoring. Nesse contexto, os EUA vêm adotando políticas públicas e canalizando investimentos para realizar esse processo e aumentar sua resiliência em diferentes setores. No Brasil, a nova administração também vem empreendendo esforços para desenvolver uma política industrial moderna e expandir a resiliência da indústria nacional. Assim, algumas áreas como chips, minerais críticos, fertilizantes, farmacêuticos, dispositivos médicos podem ser objeto de um trabalho em conjunto entre o Brasil e os Estados Unidos.

Considerações Finais

Em suma, os especialistas convidados concordaram que há uma valiosa janela de oportunidade à luz dos interesses estratégicos comuns para o comércio bilateral entre Brasil e Estados Unidos. Ainda que ambos os países enfrentem desafios internos e externos, destaca-se o histórico de solidez de sua parceria, não apenas economicamente e comercialmente, mas como também em termos de valores compartilhados. Por outro lado, as constantes reconfigurações do cenário internacional abrem espaço para o florescimento de novas frentes de cooperação, atualização de antigos mecanismos e construção de agendas conjuntas que possam favorecer o comércio entre os dois países e o desenvolvimento mútuo.

Assim, o contexto de recuperação pós-pandemia, o ambiente multilateral, a guerra na Ucrânia e o Acordo Mercosul-UE impõem desafios, mas também oportunidades, à relação Brasil-EUA. Temas importantes para o relacionamento serão o combate às mudanças climáticas, a transição energética, as políticas de regulação digital, a sustentabilidade de cadeias de suprimento, entre outros.

Neste contexto, algumas medidas que podem ajudar a traduzir esse potencial em resultados mais concretos são a determinação de áreas específicas para a cooperação, o diálogo bilateral e plurilateral em fóruns multilaterais e o avanço na agenda de trabalho dos mecanismos formais mencionados, especialmente o CEO Forum e o Commercial Dialogue.

ⁱ Este documento foi produzido como parte de projeto em parceria entre o CEBRI e o Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, financiado através de “grant” federal do Departamento de Estado dos Estados Unidos.